

## Destaque "Caos político" em França



# Governo francês alvo de moção de censura apoiada pela esquerda e extrema-direita

O partido de esquerda França Insubmissa apresentou uma moção de censura. A União Nacional, partido de Marine le Pen, alinha na mesma direcção

André Certã

**O** Governo francês, liderado por Michel Barnier, vai ser alvo de uma moção de censura e está neste momento cercado na Assembleia Nacional. Ontem, forças da esquerda e da extrema-direita anunciaram que iriam votar favoravelmente a uma moção de censura contra o Governo, depois de o primeiro-ministro francês ter anunciado que iria activar o número 3 do artigo 49.º da Constituição, que força a aprovação da proposta da mudança da lei de financiamento da Segurança Social do Governo.

Jordan Bardella, líder do partido de extrema-direita União Nacional, anunciou ontem de manhã uma posição favorável a uma moção de censura, caso o Governo não alterasse o orçamento da Segurança Social.

Numa entrevista à rádio francesa RTL, Bardella anunciou que o partido – que sem coligações é o maior na Assembleia Nacional – iria apresentar e votar a favor de uma moção de censura contra o Governo de Michel Barnier face à possibilidade de o executivo francês recorrer ao artigo 49.º

n.º3 da Constituição francesa, que forçaria a aprovação mesmo sem voto favorável da reforma do orçamento da Segurança Social.

Logo pela manhã, o primeiro-ministro tinha anunciado que iria deixar cair do novo orçamento o fim do reembolso de medicamentos, uma das exigências de Le Pen. Esta alteração não foi suficiente para a União Nacional mudar de ideias, exigindo ainda alterações ao plano do Governo para desincentivar as pensões.

No entanto, perante os deputados na Assembleia Nacional, Michel Barnier anunciou o recurso ao artigo da Constituição francesa para forçar a aprovação, mesmo sem a votação na câmara baixa do Parlamento francês que seria, normalmente, requerida.

Porém, o artigo invocado por Barnier tem uma norma que compromete o Governo, abrindo a possibilidade de uma moção de censura ser proposta contra o Governo nas 24 horas seguintes. Como foi apresentada ontem, o debate e a votação só podem ser feitos 48 horas depois da apresentação, a partir de amanhã.

“Com base no n.º 3 do artigo 49.º, estou a comprometer o Governo, o meu Governo, a assumir a responsabilidade por toda a Lei de Finanças da Segurança Social”, declarou o primeiro-ministro.

**Esquerda e direita unidos**

À esquerda, a líder parlamentar da França Insuubmissa, Mathilde Panot, criticou o “caos político” e anunciou que iria apresentar uma moção de censura contra o Governo francês, a que o partido sempre se opôs desde o início. Já André Chassaigne, líder do grupo Esquerda Democrática e Republicana, ligado ao Partido Comunista Francês, anunciou que o grupo ia votar a favor da moção de censura.

Marine le Pen, na Assembleia Nacional, declarou que o partido iria apresentar uma moção de censura própria e que ia votar a favor de uma moção apresentada pela esquerda. O líder parlamentar do Juntos pela República e ex-primeiro-ministro francês, Gabriel Attal, criticou a opção da extrema-direita e pediu “estabilidade”.

“O mais importante é que a França não caia numa instabilidade que só traria perdedores – porque nenhum francês sairia mais forte da queda do Governo; porque a instabilidade é um veneno lento, que vai atacar gradualmente a nossa atractividade económica, a nossa credibilidade financeira e a confiança que os franceses já têm nas suas instituições”, escreveu Attal, na rede social X.

Para João Carvalho, investigador no Iscte-IUL, a situação vivida em França é uma continuação da vivida depois das eleições em Julho, que acabaram com uma Assembleia Nacional dividida em três e com a nomeação de um primeiro-ministro d’Os Republicanos, um campo minoritário de

direita, apoiado por uma União Nacional sem poder no Governo.

“As eleições legislativas marcadas por Macron não ajudaram a esclarecer a política nacional francesa”, diz o investigador. Assinala que se agudizou “a polarização” que já existia e, “de certa forma, o declínio de centro”.

Segundo o investigador, o grande erro de Barnier foi ter dado “continuidade” às políticas de Macron, apesar de ter “cooptado” políticas de Le Pen. Segundo ele, a União Nacional não tinha “nenhum motivo para aprovar um orçamento que dê continuidade ao projecto de Macron”, algo que a podia afectar politicamente, em especial num assunto tão simbólico como o das reformas, cujo projecto macronista teve já forte oposição social no passado.

Para João Carvalho, assim, a aprovação de uma modificação do sistema de reformas macronista “nunca seria positivo para o capital político da União Nacional”, diz ainda. A aprovação desta continuidade levaria a que o partido da extrema-direita pudesse ser visto como “uma muleta do macronismo”.

**Governo ameaçado**

Desde o início de funções de Michel Barnier que a ameaça da queda do Governo pendia sobre o executivo, defendida maioritariamente pela esquerda unida na Nova Frente Popular. Aquando da nomeação do primeiro-ministro, porém, uma espécie de trégua foi acordada entre a base do Governo – formado pelos partidos centristas macronistas da coligação Juntos pela República e pelo partido de direita Os Republicanos – e entre a União Nacional, encabeçada por Bardella e pela líder parlamentar, Marine le Pen. O Partido Socialista, liderado por Olivier Faure, já tinha apresentado uma moção de censura, votada favoravelmente por toda a esquerda, mas rejeitada após a abstenção da União Nacional.

Caso a esquerda e a extrema-direita votem mesmo juntas, o Governo de Barnier cairá e tornar-se-á o primeiro a cair desde o executivo de George Pompidou, em 1962. O Governo de Pompidou, rejeitado numa moção de censura, acabaria por ser nomeado novamente pelo Presidente de então, o seu aliado Charles de Gaulle.

Para João Carvalho, há agora três possibilidades, caso a moção seja mesmo aprovada e o Governo caia. Duas delas, conta, são altamente improváveis: a primeira é a coligação das forças macronistas com Marine le Pen, a segunda é a nomeação da candidata da Nova Frente Popular, Lucie Castets. “A terceira, indicada por colegas meus constitucionalistas franceses, é o Presidente Macron tentar designar um governo técnico, suprapartidário”, conta, alertando para que “mesmo esse governo técnico estará sujeito ao Parlamento”.

**Taxas de juro da dívida a subir**

**Impasse orçamental francês faz regressar receios de nova crise do euro**

Sérgio Anibal

Foi apenas por breves momentos, mas um pouco antes das 15h de ontem, a seguir ao primeiro-ministro anunciar que iria fazer passar o orçamento da Segurança Social sem o apoio do Parlamento, as taxas de juro da dívida da França, a segunda maior economia da zona euro, atingiram um valor mais elevado do que as taxas de juro da Grécia, o país a que ainda hoje se associa a última grande crise do euro de há uma década.

O simbolismo da situação apenas contribuiu ainda mais para instalar a dívida: estará a zona euro a entrar em mais uma crise provocada por problemas nas finanças públicas dos seus Estados, desta vez com a França a ser o epicentro da turbulência?

Os problemas nas contas públicas francesas estão longe de ser de agora. O país tem vindo, de forma consecutiva, a registar défices bastante elevados (nos últimos dez anos, apenas numa ocasião não ficou acima de 3% do PIB) e isso fez disparar a dívida pública para o terceiro valor mais alto de toda a zona euro, apenas abaixo da Itália e da Grécia.

Isto tem vindo a fazer crescer, ao longo dos meses, nos mercados, a desconfiança em relação à capacidade da França para fazer face aos seus compromissos, algo que tem consequências no nível das taxas de juro exigidas pelos credores para financiar o país.

Em Junho, as taxas de juro da dívida a 10 anos francesas ultrapassaram as portuguesas. Em Outubro, superaram as espanholas. E agora, ainda que por apenas alguns minutos ficaram acima das gregas.

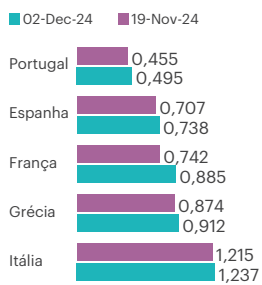
O diferencial em relação à Alemanha, que normalmente era muito reduzido, cifrou-se em 0,88 pontos percentuais, muito perto dos 0,9 pontos percentuais atingidos no final da semana passada e que são o valor mais alto desde a crise de 2012.

A par com esta subida dos diferenciais dos juros da dívida francesa, também na bolsa e no mercado cambial foi evidente a reacção negativa dos investidores à situação que se vive em França. O principal índice da Bolsa de Paris, o CAC-60, caiu 0,6% face ao dia anterior e o euro perdeu mais 1% face ao dólar, voltando a aproximar-se da paridade com a divisa norte-americana.

As dúvidas dos mercados estão associadas à dificuldade que a França está a ter em encontrar, no actual cenário político, uma solução para

**Juros franceses aproximam-se da Grécia**

Diferencial das taxas de juro a 10 anos face à Alemanha (em pontos percentuais)



Fonte: Reuters PUBLICO

os seus problemas orçamentais. O primeiro-ministro, Michel Barnier, nomeado pelo Presidente, Emanuel Macron, depois do resultado altamente desfavorável que o Presidente francês obteve nas legislativas, apresentou um orçamento que procura, mesmo que de forma gradual, iniciar uma trajectória descendente do défice, cortando-o de 6% do PIB este ano para 5% no próximo.

No entanto, para fazer isso, o documento inclui medidas de austeridade do lado da despesa e da receita que o Governo não consegue, tanto à sua esquerda como à sua direita, fazer passar. Isto, apesar de já ter recuado em algumas das medidas mais contestadas.

Sendo assim, o que se adivinha é um impasse político e orçamental que poderá, para além de adiar uma correcção das contas, abrir o caminho para um conflito com Bruxelas, que está a exigir à França um esforço



**Situação em França também está a ter repercussões nos mercados**

de consolidação que a faça cumprir as novas regras que entraram em vigor este ano.

**Efeito de contágio?**

Na crise do início da década passada, os problemas começaram igualmente apenas num país, a Grécia, mas foi muito rápido e avassalador o efeito de contágio para outros países que eram vistos igualmente como frágeis do ponto de vista orçamental.

Uma visão pessimista é pensar que, sendo o peso da França na zona euro substancialmente maior do que o da Grécia, o contágio agora até poderia ser mais grave. Mas para já, a verdade é que ainda não é possível concluir sobre se haverá ou não algum contágio.

Aquilo a que se tem assistido, por enquanto, é que a acompanhar subidas relevantes do diferencial dos juros franceses face à Alemanha, há somente subidas ligeiras dos outros países com rácios de dívida elevados da zona euro.

De acordo com os dados da Reuters, nos últimos dez dias, enquanto o diferencial dos juros franceses se alargou 0,14 pontos face à Alemanha, os diferenciais de Portugal, Espanha, Grécia e Itália não subiram mais do que 0,4 pontos.

Isto parece indicar que, nos mercados, a convicção é a de que, especialmente no que diz respeito a Portugal e à Grécia, o cenário é agora bem mais favorável do que era no passado, devido à tendência marcadamente decrescente que a dívida tem apresentado nesses países. Em Espanha e Itália, as circunstâncias são diferentes a esse nível, mas ainda domina a percepção de que há vontade política nesses países para conter os desequilíbrios orçamentais nos próximos anos.

E, acima de tudo, por enquanto, é também evidente que, apesar das subidas dos diferenciais de juros e das penalizações em bolsa, tanto os mercados como outros intervenientes importantes, como as agências de rating e as autoridades europeias, revelam uma maior boa vontade em relação aos problemas franceses do que aquela que tiveram, há uma década, em relação à Grécia ou Portugal.

Na sexta-feira, quando um chumbo do orçamento e uma crise política eram cenários já vistos como inevitáveis em França, a agência de notação financeira Standard & Poor’s anunciou que decidiu manter o rating francês inalterado, definindo igualmente a sua perspectiva como estável.

ID: 114447221

03-12-2024



**França**  
Queda de  
governo faz  
regressar  
receios de nova  
crise do euro  
**Destaque, 2/3**